

## A cidade subjetiva patrimonializada e a construção de uma política da afetividade

*Fernanda Cristine dos Santos Bengio*<sup>1</sup>

*The subjective and patrimonized city and the construction of a policy affection*

*La ciudad como un patrimonio cultural y la construcción de una política de afectividad*

### Resumo

Objetivou-se, com este trabalho, refletir acerca dos usos sociais da cidade patrimonializada, considerando o bairro da Campina em Belém/Pará. Partindo das pistas teóricas e metodológicas reunidas por Michel Foucault (1996; 2010; 2013; 2015), Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), interrogamos a patrimonialização e sua relação com modos de subjetivação na contemporaneidade, sendo compreendida como um dispositivo que produz e faz circular afetos no território da *cidade subjetiva*. Os resultados demonstram a existência de heterotopias na cidade patrimonializada na interface com o turismo. Destacamos ainda a importância dos afetos como estratégia política de afirmação da existência, ou seja, uma política da afetividade como um dispositivo capaz de produzir modos coletivizados de habitar a cidade.

**Palavras-chave:** *Patrimônio cultural; Bairro da Campina; Política da afetividade; Modos de subjetivação.*

---

<sup>1</sup> Doutora em Psicologia. Atua na Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira. E-mail: febengio@ufpa.br

## Abstract

Aims reflect social uses of cultural heritage, in the case of the Campina district, in the city of Belém-Pará. Starting from Michel Foucault (1996; 2010; 2013; 2015), Gilles Deleuze and Félix Guattari (1997), questioning the cultural heritage and your relationship with the modes of subjectivation in the contemporary. The patrimonization is understood as a device that produces and circulates affections in the territory of the *subjective city*. The results located patrimonialization at the intersection with heterotopias and the tourism. The importance of affections is affirmed in the search for commonality as a political strategy for affirming existence, that is, a politics of affectivity as a device capable of producing collectivized ways of inhabiting the city.

**Keywords:** *Cultural heritage; Campina district; Policies of affectivity; Process of subjectivation.*

## Resumen

Se presentan algunas reflexiones sobre los usos sociales del patrimonio cultural, partiendo del caso del barrio de la Campina, en la ciudad de Belém-Pará. Basándose en Michel Foucault (1996; 2010; 2013; 2015), Gilles Deleuze y Félix Guattari (1997), se cuestiona la patrimonialización y suya relación con las formas de subjetividad en la contemporaneidad. Ella es entendida como un dispositivo que produce y hace circular afectos en el territorio de la *ciudad subjetiva*. Los resultados sitúan la patrimonialización en la interfaz con las heterotopías y el turismo, afirmando la importancia de los afectos para la búsqueda de la comunalidad a partir de una política de la afectividad. Es decir, una política de la afectividad como dispositivo capaz de producir formas colectivizadas de habitar la ciudad.

**Palabras clave:** *Patrimonio Cultural; Barrio da Campina; Política de la afectividad; Modos de subjetividad.*

*Introdução*

A patrimonialização de bens materiais no Brasil data da década de 1930, a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>2</sup>. A criação desse órgão marca a sistematização da política patrimonial no país (CANANI, 2005; HOLANDA, 2010; SANDRONI, 2010). Desde a criação do SPHAN, o debate sobre a política patrimonial avançou bastante, destacando-se a autocrítica dos agentes do patrimônio a respeito da importância da cultura material e imaterial.

Compreendendo que se trata de um campo interdisciplinar, este texto teve como objetivo apresentar algumas reflexões acerca dos usos sociais do patrimônio cultural, considerando as intersecções do *Projeto Circular* no bairro da Campina, localizado na cidade de Belém, Pará. Contando com as pistas teóricas e metodológicas concernentes às proposições de Michel Foucault (1996; 2010; 2013; 2015) e Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), apresentamos parte da discussão sobre patrimônio e as tensões inerentes em habitar a cidade, fomentada em pesquisa realizada entre 2014 e 2018. Para dar corpo a essa reflexão, contamos com trechos de entrevistas semiestruturadas realizadas com três integrantes do projeto e com três moradores do bairro<sup>3</sup>.

Partindo de Foucault (1996; 2010; 2013; 2015), problematizamos as relações de saber, de poder e os efeitos de verdade que fabricam o sujeito e modos de vida datados historicamente. Nesse tipo de análise, compreendemos que o poder é exercido em rede, na qual os indivíduos circulam e estão sempre em posição de serem submetidos a esse poder, bem como de exercê-lo. Para Foucault (2010, p. 35), “o indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo,

---

2 Em 1990, o SPHAN foi transformado em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), que, por sua vez, foi convertido em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1992.

3 Entrevistas foram realizadas entre 2016 e 2017 como parte da pesquisa de campo. Os trechos estão identificados como citações diretas com as seguintes sinalizações: PM = Participante morador e PP = Participante projeto. É importante mencionar que os integrantes do projeto também residem no bairro.

na mesma medida em que é um efeito seu, seu próprio intermediário”. Essa postura analítica permite traçar uma ontologia do sujeito, ou seja, admite ponderar a ligação entre a relação que o sujeito tem consigo e os processos históricos de sua época, que atuam como modos de subjetivação em um campo de força das relações de saber, poder e verdade que produzem tramas complexas dos modos de existir. Assim,

O problema é, ao mesmo tempo, distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros. [...] Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina é belicosa e não linguística. (FOUCAULT, 2015, p. 40-41).

A historicidade dos dispositivos que atravessa os corpos também modula relações e produz modos de subjetivação que são passíveis de problematizações, pois as práticas sociais são sempre datadas historicamente e mantêm-se por meio de legitimação discursiva. Foucault (1996, p. 53) afirma que é necessário tratar o discurso como “uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nessa prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade”.

Essa regularidade é, por vezes, responsável pela naturalização das práticas, conseqüentemente muitos acontecimentos acabam sendo compreendidos como fazendo parte de uma continuidade, a qual seguiria uma linha evolutiva. A análise do discurso foucaultiana permite identificar tais regularidades, salientando elementos que configuram determinados modos de subjetivação.

A análise discursiva das entrevistas realizadas permitiu aprofundar a discussão da patrimonialização enquanto dispositivo contemporâneo de produção de subjetividades, em especial àquelas ligadas às heterotopias na cidade patrimonializada. Ainda como parte da pesquisa de campo foram realizadas

cerca de seis idas ao bairro, a fim de observar e registrar a dinâmica sociocultural e detalhes da cultura material do território. Vislumbrar detalhes dos prédios, ruas, praças e o modo como distintos atores sociais ocupavam o bairro em meio aos dias de labuta semanal e aos domingos de realização do *Projeto Circular* foi um processo que chamou atenção em relação às formas de territorialização em cena que se produzem via movimento de afecção.

Deleuze e Guattari (1997) afirmam que a experiência de um corpo afetante é sempre endereçada a um corpo afetado e a essa relação chamaram de “afecção”, enquanto o afeto seria o estado transicional que provém dessa combinação. Nessa direção, compreendemos que o patrimônio cultural faz circular afetos entre os sujeitos e os elementos materiais e imateriais que compõem o território. Mediante a incessante afecção e circulação de afetos a que o corpo está exposto, as linhas do “eu” e do “território” situam-se em constante precariedade, sempre em vias de irrupção. Assim, é produzido o que Guattari (2012) chamou de *territórios existenciais*, os quais compõem a cidade subjetiva e, também, as heterotopias.

Para que se compreenda o debate proposto, o texto segue com uma breve caracterização do bairro da Campina e seu processo recente de uso patrimonial ligado ao turismo, em que sinalizamos a produção de heterotopias turísticas e patrimoniais. Por fim, apresentamos algumas questões sobre as possibilidades que atravessam a Campina, refletindo acerca de uma política da afetividade no território patrimonializado, findando com algumas considerações sobre o debate exposto.

### *A Belém de ontem e de hoje, bairro da Campina*

Às margens da baía do Guajará na confluência com os rios Guamá, Acará e Moju foi fundada, em 1616, a cidade de Belém. O terreno alagadiço e capilarizado por igarapés teve sua paisagem profundamente alterada ao longo

dos séculos. Neste território evidenciamos o bairro da Campina, sendo um dos mais antigos da cidade de Belém. Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2012 (IPHAN, 2013), é um território que congrega múltiplos atores sociais e se destaca pelo desenvolvimento sociocultural proporcionado pelos anos áureos da extração da borracha no estado do Pará. O icônico Theatro da Paz é um marco desse processo atravessado por disputas sociais e econômicas que se atualizam nos usos coevos da cidade. Trata-se de um espaço de feições luxuosas que foi projetado para a elite da época e que se tornou palco de manifestações populares que tensionavam o projeto civilizatório higienista em curso, como bem sinaliza Souza (2010, p. 108):

No último pavimento ficavam, por exemplo, os assua-deiros, os espectadores barulhentos e bagunceiros, sempre dispostos a provocar os ocupantes dos outros pavimentos. Na década de 1880, a polícia recebia, pela imprensa, muitas manifestações de pessoas inconformadas com os espectadores que, antes dos espetáculos, cantarolavam um lundum, de autoria do artista Xisto Bahia, intitulado *Camaleão*, cuja letra ironiza a elite política e suas mutações oportunistas. Essa música fazia enorme sucesso nos cortiços, daí ser associada às classes baixas. No teatro, as cantorias poderiam ser acompanhadas de assobios ou pela percussão do bater de pés e de guarda-chuvas no chão.

Como efeito da tomada do espaço pela Coroa portuguesa no século XVII, fortes e igrejas marcam a paisagem do centro histórico da capital paraense. Na imagem 1 se avista traços da arquitetura colonial que ainda persistem na cidade, apesar de grande parte desses elementos terem sido incorporados pela modernidade em um movimento de hibridização das referências culturais visibilizado em calçadas, janelas, platibandas, coretos, residências e outros prédios.

Imagem 1 – Fachada da igreja Nossa Senhora das Mercês.



Fonte: Arquivo pessoal.

A hibridização da Campina foi acentuada pela intensificação do fluxo de capital da *Belle Époque* e pelo avanço da política urbana de higienização do espaço público, a qual foi fortemente impulsionada pelo Intendente Antônio Lemos durante a passagem do século XIX ao XX, imprimindo novas formas de habitar a cidade. As ostensivas circunstâncias criadas pela riqueza da exploração da borracha no Pará transformaram o bairro em um luxuoso lugar, que marcou profundamente o imaginário dos belenenses. Para Silveira e Soares (2012), um dos efeitos desse processo foi o bairro Cidade Velha passar a ser considerado “insalubre”, “pantanosos” e “sombrio”. Tal descrição remete a um espaço que perde sua vida, em desalinho com os novos tempos, contrastando com as inovações vivenciadas no bairro vizinho, com seus hodiernos edifícios. Por conseguinte, algumas dessas transformações, como a intensa arborização de praças e avenidas, renderam à Belém o apelido de “Cidade das Mangueiras”, sendo comum que muitos moradores, atualmente, se refiram ao município carinhosamente como “Mangueirosa”.

Contudo, é importante frisar que a *Belle Époque* foi um recorte temporal marcado pela política higienista aplicada ao espaço, com forte incorporação de elementos da modernidade transparecendo pelo incipiente uso da eletricidade.

dade e outras melhorias urbanas que já delimitavam o território nas suas possibilidades de usos.

Assim, a Belém moderna era construída para todos – todos aqueles que residiam no núcleo central, onde haviam sido realizadas novas melhorias e intervenções urbanas, como no caso da viação, telefonia, água encanada, luz elétrica, etc. Serviços urbanos que, em grande parte de caráter privado, eram condizentes com taxas que nem todos poderiam pagar, de modo que apenas as famílias mais abastadas acabavam podendo usufruir dessas novas melhorias, o que levou a população com menor poder aquisitivo a ter acesso restrito a essas be-nesses. (SOARES, 2008, p. 64).

O acesso da população, de modo segregado, às inovações de bens e serviços trazidos pela modernidade se manteve na capital belenense como uma constante ao longo das décadas seguintes.

Atualmente, a Campina se encontra mergulhada em contradições, as quais parecem recrudescidas nos detalhes mais singelos dos casebres e casarões daquele lugar. Ao mesmo tempo em que são inaugurados espaços, como bares e restaurantes, que resguardam a conservação patrimonial, é possível encontrar inúmeros prédios descaracterizados ou em completo abandono, apesar da política de tombamento vigente. Nesse cenário, os diferentes movimentos e tempos estão arraigados não somente na materialidade do lugar, mas também no que é intangível, ou seja, nas minúcias das formas de expressão, modos de fazer, memórias, histórias e saberes dos sujeitos sobre o espaço, que modulam, por consequência, as relações intersubjetivas ali experimentadas. Esse processo tem se intensificado a partir da centralidade do discurso da valorização patrimonial ligada ao turismo, o qual tem ganhado força nos últimos anos em Belém, sobretudo com o *Projeto Circular*, que pode ser resumido como:

uma rede de parceiros atuantes nas áreas de arte e cultura dentro do centro histórico de Belém e em seu entorno imediato. Com origem na sociedade civil, o Projeto Circular Campina Cidade Velha foi criado em 2013, por iniciativa de um pequeno grupo de agentes culturais independentes ali instalados, com o objetivo de resgatar as relações de vizinhança desse centro histórico impactado por problemas de violência e ausência das políticas públicas. Atualmente, somos mais de 40 espaços, projetos e ações socioculturais em atuação nesse território. (CARTA..., 2021, s. p.).

Desde 2013, o bairro da Campina, o qual abriga parte do centro comercial da cidade, abre seus espaços culturais um domingo a cada dois meses. Participam restaurantes, casas de espetáculos teatrais e musicais, hospedarias com programação cultural, galerias, pequenos comerciantes com venda de uma infinidade de produtos culturais (alimentos, vestuário, música, entre outros). Trata-se de uma iniciativa que objetiva promover a circulação de pessoas pelo centro histórico que fica “deserto” aos fins de semana, como é comum em muitas cidades brasileiras. Considerando que o projeto visa promover a “circulação” dos sujeitos no bairro, vale refletir como tem se dado a proposta de ocupação da Campina em seu viés de patrimônio cultural e de seu potencial turístico.

O *Projeto Circular* nasce com uma proposta vantajosa do ponto de vista econômico e patrimonial: evidenciar os espaços culturais que funcionam no centro histórico por meio da circulação de turistas, demais consumidores e simpatizantes do patrimônio aos finais de semana. O *Circular* deixa ver o colorido de uma cidade viva que persiste no centro histórico, conservando memórias impressas nas fachadas das casas e passeios públicos. Consiste, basicamente, de uma iniciativa de antigos moradores do centro histórico da capital paraense, os quais fazem parte do circuito artístico-cultural e de outras redes de serviços, como pequenos restaurantes e hotéis da cidade. Ao longo do tempo, o *Projeto Circular* ganhou cada vez mais adeptos, passando a contar com a rede pública de cultura e educação, como galerias que funcionam em órgãos públicos, museus e projetos de extensão uni-

versitária. Uma das idealizadoras do projeto explica como, ao precisar ir morar na Campina, mobilizou nela a ideia do *Circular* em Belém.

Bom, de qualquer forma tem uma outra vantagem, eu conheço muita gente dessa área cultural, de qualquer forma tenho uma estrada de mais de 30 anos convivendo com eles e tal e foi surgindo essa ideia do *Circular* na minha cabeça e conversando. [...] Fui lá no Iphan, eu sabia que era o centro histórico aqui e que era um gancho que a gente poderia puxar pra revalorizar, que ultimamente tá um horror aqui, você andar aqui chega a dar tristeza. Aí então pegamos um mote no sentido de “ah, vamos fazer um projeto de com a arte tentar revalorizar o bairro e transformar o bairro”. O centro histórico já é um chamariz cultural por si só e, agregando a isso, é uma coisa que é assim, comercialização de arte, pequenas lojas, gastronomia tão muito ligada à questão de centro histórico, porque é onde circulam os turistas. Qualquer cidade que você vai, no centro turístico, alguma coisa, centro histórico é o que chama. “Então vamos tentar”, quer dizer, não é a gente tentar, mas muito pelo contrário, é a gente assim, fazer esses eventos, provocar esses eventos, chamar a população pra circularem, pra vim conhecer o centro histórico e que cada vez mais cresça esse número de circulante e que isso torne uma forma de entre aspas, uma forma de pressionar o poder público a olhar pra nossas questões, nossos valores que estão aqui e que realmente tá perdida. Nós temos o potencial turístico que não tá sendo aproveitado. (PP 1, 2016, s. p.).

Na fala destacada, fica evidente a importância do turismo cultural para o *Projeto Circular* e a valorização do patrimônio histórico e cultural. Apesar das inúmeras controvérsias que cercam as atividades turísticas ligadas ao patrimônio (SMITH, 2006), o turismo cultural tem sido abordado por especialistas e gestores como importante para a proteção e promoção do patrimônio cultural. Outro ponto que se relaciona com os objetivos do *Projeto Circular* é a violência urbana. Augustin e Beduschi (2019) sugerem que a diminuição da circulação de pessoas nas

áreas públicas é um fator relevante quando se discute segurança pública. Nesse sentido, é válido pontuar que a Campina é palco de conflitos sangrentos atuais: extermínio de pessoas em situação de rua, “acerto de contas”, violência contra as trabalhadoras do sexo, invasão de residências etc. Para mais, é flagrante o avanço da financeirização no bairro, pois são muitas as casas destruídas pelo fogo durante a madrugada que oportunamente se tornam, mais tarde, lojas ou estacionamento, sem contar as casas que têm os azulejos de suas fachadas furtados.

Imagem 2 – Prédio antigo destruído pelo fogo localizado na área comercial do bairro Campina.



Fonte: Arquivo pessoal.

O bairro da Campina é hoje um espaço onde as disputas pela cidade são facilmente visualizadas. A imagem acima sinaliza a dificuldade em conservar o patrimônio cultural e o aproveitamento desses acontecimentos para “modernizar” o lugar por meio da construção de espaços comerciais que não estejam ligados às atividades culturais. O caráter comercial desse local persiste ao longo dos séculos, bem como a multiplicidade das relações entre os diferentes atores sociais que compõe aquele cenário.

### *Heterotopias na cidade subjetiva patrimonializada*

A cidade subjetiva se apresenta como território vivo. Refere-se a um espaço marcado por intensidades e fluxos que movimentam os corpos e, ao mesmo

tempo, é movimentado por eles. A condição humana de ocupação do território traz em si a característica de hibridização, dominância, recombinação e, também, de sobreposição, com processos incessantes de desterritorialização. Conforme Guattari (2012, p. 149),

O ser humano contemporâneo é fundamentalmente desterritorializado. Com isso quero dizer que seus territórios etológicos originários – corpo, clã, aldeia, culto, corporação... – não estão mais dispostos em um ponto preciso da terra, mas se incrustam, no essencial, em universos incorporais. A subjetividade entrou no reino de um nomadismo generalizado. [...] Mas enfatizemos imediatamente o paradoxo. Tudo circula: as músicas, os slogans publicitários, os turistas, os chips da informática, as filiais industriais e, ao mesmo tempo, tudo parece petrificar-se, permanecer no lugar, tanto quanto as diferenças se esbatem entre as coisas, entre os homens e os estados de coisas.

Esse paradoxo, do qual nos fala Guattari (2012), é fundamental para a compreensão da cidade patrimonializada. O campo do patrimônio cultural é um espaço de disputa pela legitimação de determinadas narrativas. O reconhecimento público-institucional de um bem ou prática, enquanto patrimônio implica a tentativa de impor formações discursivas acerca de acontecimentos e da memória coletiva de um grupo ou sociedade.

Do mesmo modo, não se trata da validação compulsória de uma narrativa, uma vez que a relação dos sujeitos com a cultura é da ordem dos afetos, ou seja, daquilo que encontra o corpo em um território, produzindo encontros que atingem sua potência de agir. Conforme Spinoza (2009), os afetos são afecções que atravessam o corpo e podem aumentar ou diminuir a potência de agir. Assim, interrogamo-nos acerca da cidade patrimonializada e os modos de subjetivação que nela são produzidos, o que demanda pensar as topias (lugares, espaços) que formam a cidade subjetiva patrimonializada.

A partir de Foucault (2013, p. 7), cabe afirmar que nosso corpo é topia e a cidade também, pois este autor salienta que os espaços utópicos são aqueles

que se encontram sob “outro céu”. Já as topias são tudo aquilo que *está*. Assim, os lugares utópicos existem e são formados nos interstícios dos contra-usos do espaço. Contudo, é preciso analisá-los sob outra denominação, como heterotopias, que em nossa sociedade são melhores visualizadas a partir do desvio (FOUCAULT, 2013).

Dessa maneira, dentro do campo de disputas que forma a cidade patrimonializada, também existem heterotopias que marcam contra-usos do espaço que se presentificam pela via da memória coletiva. O espaço e sua não neutralidade acionam memórias que, por sua vez, ligam-se a determinadas práticas dos sujeitos no território, como podemos observar no trecho da entrevista destacado abaixo.

ele não é um restaurante, ele é um espaço gastronômico, mas ele é muito mais do que isso. Ele conta a [...], ele é um resgate – como falei pra você – ele conta as memórias da família, a história da casa e essa, digamos assim, esse braço gastronômico apenas agrega valor, na verdade. Mas é interessante. A gente tá aqui no centro histórico e de alguma forma nós estamos contribuindo pra que essa memória de Belém também seja resgatada. (PP2, 2016, s. p.).

A Campina abriga tempos e histórias díspares por entre suas ruas, praças e casarios. Entretanto, a modernidade e suas ressonâncias destacam-se na atualidade desse território muito mais como uma memória heterotópica que, apesar de tal feição, pulsa fortemente. Essa condição foi sinalizada por Dias Júnior (2013, p. 71) ao retratar este recorte de Belém: “Campina [...], bairro este de expressões boêmias que abrigavam vários espaços de lazer e entretenimento”. O autor segue destacando a intensidade das relações sociais que ali eram constituídas diante da multiplicidade de atores sociais e estabelecimentos que compunham aquele território.

É importante considerar que, durante praticamente todo o século XX, esta área da cidade foi marcada pelo movimento comercial e pela fluidez cultural, dada a grande

quantidade de cafés, cinemas, hotéis e restaurantes ao longo principalmente da Avenida 15 de Agosto<sup>4</sup>. [...] Por trás desta artéria central, constituída como um mundo paralelo ao grande complexo arquitetônico e cultural [...], estava a Zona do meretrício, abrigando centenas de casas que se dividiam em cabarés, pensões, boates e pequenos prostíbulos onde se encontravam sujeitos sociais de todas as estirpes. (DIAS JÚNIOR, 2013, p. 72).

Uma das memórias mais marcantes sobre o bairro trata exatamente sobre esta que é uma heterotopia do desvio, a Zona do meretrício. Naquele espaço, existe o que as trabalhadoras do sexo chamam de “Quadrilátero do Amor” (Imagem 3), circunscrito entre as esquinas da Travessa Padre Prudêncio com General Gurjão, Riachuelo e 1º de março. Sobre isso, um dos moradores do bairro, que não está ligado ao *Projeto Circular*, conta:

Aqui sempre foi um bairro de festa aqui, ou seja, o ilegal aqui sempre foi o legal. Aqui sempre foi o lugar que o Underground, a ilegalidade foi permissiva até na década de 50, quando Alacides Nunes<sup>5</sup> acaba com a zona<sup>6</sup> me manda a zona todinha para lá pro Coqueiro, mas a coisa permanece, o estigma permanece, tanto que a gente fica, sofre muito tempo ainda com esse estigma de que aqui é um bairro violento, aqui é um bairro de prostituição, um bairro de traficantes de drogas, uma periferia central. A gente sempre sofreu com isso aqui, quem mora aqui já há 30, 40 anos sabe disso. (PM1, 2016, s. p.).

Então de certa forma tem um pouco de história, de uma ação histórica que é, era um bairro de prostituição e tal e tal. Era muito acentuada a divisão de quem era família e de quem não era né. Então as famílias normalmente elas que continuaram no bairro elas mantiveram de certa forma um hábito muito de reclusão, então pouco tu vê as pessoas hoje em dia lá nas ruas. Talvez antes,

4 Atual avenida Presidente Vargas.

5 Governador do Pará entre 1966-1971 e 1979-1983.

6 Zona do meretrício.



Toda essa história permanece na memória dos belenenses e nas esquinas da Campina. A política patrimonial recente não interferiu nem no imaginário nem na circulação desses corpos que fazem parte do “mercado do prazer”. Uma moradora da General Gurjão relata sobre ser confundida com uma trabalhadora do sexo, apenas por estar na porta de sua casa, enquanto outro morador informa sobre o receio de sua mãe em adentrar o bairro e ter sua moral maculada de alguma forma.

Uma história que eu digo de não vivência, vivência entre aspas porque são da memória da minha mãe falando “Olha esse bairro é proibido, tu não pode entrar aqui”. A gente ia pro comércio e ela ia margeando o bairro, mas não entrava nas ruas do bairro, porque no imaginário dela era um bairro de prostitutas, de ladrões, traficantes e se tu entrasse ali era perdição, então para mim eu acho que é a lembrança mais antiga que tenho do bairro a minha mãe me proibindo de andar por lá. (PM2, 2016, s. p.).

Papai, por exemplo, quando ele tá em casa ele não gosta. Gosta da porta fechada porque se tiver a porta aberta vem gente sempre pedir alguma coisa, se sentar lá é ... é considerada não, é comparada [com as prostitutas], acham que já tá fazendo programa também. (PM3, 2016, s. p.).

Diante do espectro de corpos que se prostituem na Campina em pontos diversos, que são historicamente conhecidos pelo clichê do rodar de bolsas, dos convites à beira das janelas dos automóveis, das propostas que arranham a pele da decência mesquinha, são desenhadas diferenciações de múltiplas ordens, tais como de classe e cultura. Não é comum ver os mesmos trajes nem os mesmos hábitos das prostitutas da tradicional Riachuelo nas profissionais do sexo que circulam por áreas mais nobres. Estas últimas, prostitutas de luxo, desfrutam de status diferenciado, podendo circular em requintadas festas, bebendo vinhos caros às custas de bares badalados no centro histórico.

É neste panorama que a patrimonialização do centro histórico de Belém agrega ao território significados que estão longe de se impor como hegemônicos. Os diferentes modos de ocupar o território incidem sobre os processos pelos quais as subjetividades são moduladas. O que pode o corpo (ou o que é permitido a ele) em cada centímetro desse lugar diz das subjetividades em cena, por meio da interdição e das sanções a ele impostas. Assim, são criadas também heterotopias turísticas e patrimoniais que marcam as zonas que devem ser habitadas por determinados corpos, sendo alguns deles classificados como de segunda e terceira categoria, tendo regulado seu acesso a espaços que foram projetados para uma suposta elite cultural.

Guattari (2012) sugere que novas formas de habitar a cidade são plausíveis de serem criadas não unicamente a partir do real, mas também frente às possibilidades que persistem nos encontros dos corpos, em consonância com o engajamento dos níveis individuais e coletivos daquilo que constitui os sujeitos. Partindo dessa premissa, desenha-se a *cidade subjetiva patrimonializada*, compreendendo que a prática patrimonial de bens materiais é atravessada pela imaterialidade que produz os sentidos sociais dos territórios e das coisas nos territórios. A condição para a existência da cidade subjetiva é a ocorrência dos processos de territorialização. Conforme Deleuze e Parnet (1995, p. 4), “não há território sem um vetor de saída do território e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte”.

Logo, a *cidade subjetiva patrimonializada* é também uma multiplicidade de vetores (tempo, direção e velocidade) que estão presentes nas narrativas que corporificam as memórias coletivas. Esses vetores, e sua multiplicidade, sugerem a relação material e imaterial do espaço que é costurada por memórias coletivas produzidas histórica e politicamente, conferindo *modulações do eu* mediante as intensidades coletivas e individuais dos sujeitos que habitam o espaço, compondo, assim, processos de desterritorialização e reterritorialização dos modos de ser e estar na cidade.

Imagem 4 – Camelódromo localizado na Campina. Ao fundo, um prédio construído entre as décadas de 1970-80; ao centro, a fachada de um prédio do século XIX; e abaixo, uma estrutura do começo dos anos 2000.



Fonte: Arquivo pessoal.

Frente a isso o sujeito – o corpo que é topia – está sempre em relação na e com a cidade. O território não é insípido, ele é tecido por múltiplas intensidades que atravessam os sujeitos, desembocando em processos de produção de subjetividades que podem ser descritos a partir da fabricação de modos de pensar, sentir e agir. O processo de subjetivação é incessante, logo, as pequenas paragens, as quais são chamadas de subjetividade, fazem-se enquanto terri-

torializações, as quais estão sempre em vias de se desfazer na qualidade de desterritorialização. Ou seja, estamos “sendo, sentindo, pensando, fazendo” a partir das forças que atravessam os nossos corpos. Essas forças são históricas, culturais, econômicas, políticas, sociais e atingem a todos nós de modo desigual, criando as possibilidades de singularização.

Neste intenso processo, o *eu* é modulado a partir da entrada e saída de vetores que, na cidade patrimonializada, são os espaços e objetos, mas também as memórias que conferem ao patrimônio sua razão de ser.

### *Tensões do habitar a cidade subjetiva patrimonializada*

Habitar a cidade, percorrer suas ruas, coletivizar seus espaços, criar contra-usos no território são atos de afirmação política, todas estas práticas referem-se à condição da cidade subjetiva. Assim é necessário reconhecer as estéticas do existir que se expandem por travessas e avenidas mescladas por asfalto e pedras seculares, fazendo da cidade um espaço de múltiplos encontros, lócus de desterritorialização permanente, ou seja, as cidades são “[...] imensas máquinas [...] produtoras de subjetividades individuais e coletivas” (GUATTARI, 2012, p. 152). E no caso em análise, nota-se que ocupar a cidade impõe aos sujeitos estar em relações de disputas e de partilhas face ao sistema de construção de formas de governar e de ser governado.

Na verdade é um ato político [falando sobre o Projeto Circular], com esses espaços culturais todos dizendo “nós não vamos esperar por ninguém, queremos trabalhar com arte, queremos proporcionar arte pra população, que a arte é importante”, que arte e a cultura em geral, a cultura do patrimônio histórico é, o... o lado social do projeto circular, que é fazer oficinas pras crianças no bairro, porque a gente acredita que educação, cultura, história de arte e tal, isso tudo faz com que a pessoa cresça, não é? (PP3, 2016, s. p.)

Mas olha eu acho interessante porque de certa forma movimenta o bairro né movimenta com arte né? Que é uma outra proposição além daquelas que a gente já está acostumado a ver e acaba movimentando os atelier, acaba movimentando os pequenos espaços familiares que de certa forma ficam meio esquecido durante... Fora das ações do projeto fica meio esquecido aí né, ficam meio de lado digamos assim, mas com o projeto de certa forma tu acaba criando uma – como eu posso dizer? – uma efervescência e tal e muitos lugares são conhecidos acabam sendo visitados por esse lado é interessante acho por essa movimentação. Por outro lado, como eu não conheço a fundo a coisa, né? Em alguns momentos ela chega deturpada, então parece algo voltado ao interesse de uma arte mais produto do que uma arte digamos sem o viés mais comercial, mas eu também não sei se é, né? (PM2, 2016, s. p.).

Então, voltando ao assunto dos moradores, eu acho que precisa fazer um trabalho mais contundente, assim, no sentido de ter uma equipe, sabe? Que possa aos poucos convidar. A gente tem feito. A senhorinha que vende tapioca, né? No quarteirão abaixo, ela participa do Circular. (PP1, 2016, s. p.).

Iniciativas como estas, pautadas no uso do patrimônio cultural como estratégia econômica associada à sua promoção e preservação, podem ser observadas sob a perspectiva da partilha dos modos de governar e de ser governado. O *Projeto Circular* materializa tal aspecto no sentido de que os sujeitos ocupados com a questão cultural perante o espectro econômico e patrimonial organizam-se como um coletivo, a fim de pensar modos outros de habitar o bairro Campina.

De modo contrário, outros sujeitos que também vivem nesse lugar podem ter diminuída sua potência de agir no território mediante as heterotopias na sua condição de não-lugares que vão se estabelecendo na cidade patrimonializada, uma vez que a materialidade da vida e de suas relações impõe

cerceamentos de quem pode e consegue ocupar espaços de governo do território. Questionar-se como esses acordos têm sido tecidos é fundamental para superar a lógica que situa o turismo apenas como atividade predatória e as práticas de preservação patrimonial como naturais e a-históricas. Assim, é importante reconhecer que as teias das narrativas que envolvem o bairro da Campina se traduzem em embate de forças desiguais e polifônicas, que produzem afirmações políticas sobre sujeitos e seus modos de vida, seleção de imagens sobre a cidade em sua constituição como arquivo. Além disso, a formação de heterotopias se faz presente na reutilização da Campina, por meio do turismo cultural e sua condição de patrimônio.

Na constituição de uma heterotopia turística e patrimonial deste bairro, os aspectos que se sobressaem são o caráter temporal e o sistema de fechamento e abertura. Esses elementos incidem em processos de seleção de determinados discursos sobre o bairro, pelos quais se produz a cidade-arquivo. Tal prática arquivística denota os aspectos materiais e imateriais do espaço tombado, efeitos de localizações temporais e de sistemas de interdição que bloqueiam alguns corpos, demonstrando como a patrimonialização da cidade organiza aquele território, ao passo que também é organizativa das relações entre os sujeitos. A esse exemplo, a moradora da rua General Gurjão relata sobre a dificuldade em participar das decisões sobre o bairro.

Não, não, não, não, não. Somos convidados não somos nós não participamos de nada. É totalmente separado, entendeu? um advogado dali [...]. Ele falou que esse pedacinho não presta. (referindo-se a quem mora na General Gurjão próximo à Riachuelo). (PM3, 2016, s. p.).

Assim, é preciso olhar para a cidade como organismo vivo, onde se efetuam desejos, batalhas, alianças e tentativas de despojar o outro da sua potência de agir, criando situações em que os contrausos dos espaços são também estratégias de habitar o território. Nesse panorama, as memórias coletivas na Campina possuem grande força nos anos de “glória e altivez” da *Belle Époque*.

Contudo, persistem memórias que lembram a todos da exclusão e violência que certos recortes da população vivenciam historicamente. As memórias desses sujeitos também incidem sobre o território, bem como suas formas de habitá-lo, que em muitas ocasiões não correspondem ao ideal de preservação patrimonial e quase nunca se adequam ao modelo de um espaço turístico, supostamente exemplar. A pobreza, a miséria, a violência e a exclusão fazem parte da Campina, assim como o suntuoso Theatro da Paz, que marca um tempo de riqueza e de transformação cultural vivenciado em Belém em tempos remotos. Sendo a cidade “[...] o lugar onde as pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida comum, embora perpetuamente mutável e transitória” (HARVEY, 2014, p. 134). Essas são contradições que continuam a se manifestar na Campina no tempo presente.

Então, é oportuno olhar para o *Projeto Circular* como espaço de passagem, de convivência, de uso da cidade, associado à estética artística e cultural, uma afirmação política sobre a cidade, inclusive daqueles sujeitos que, mesmo não “circulando” pelo bairro, criam contrausos, passando a compor as cenas mais ordinárias dele. Esses sujeitos podem ser flanelinhas, prostitutas, pessoas em situação de rua e, até mesmo, moradores do bairro que, de alguma maneira, não se sentem convidados para “circular”, conforme relata uma moradora ao ser questionada sobre o projeto.

Eu vou te dizer que eu não conheço, mas que eu vejo muitas placas aqui na rua de trás, eu vejo, muitas dessas plaquinhas, mas eu não sei o... significado dela. Sei que é, tá ali, plaquinha roxinha triângulo assim com umas bolinhas, mas eu não sei pra que ela serve, não sei o uso dela, não sei nada.

[...] Não é uma coisa que a pessoa vem pra te convidar, alguém para passar... Eu tava na frente uma vez, eu tava na frente dessa placa, tinha uma mulher dentro dessa casa com a placa, eu passei e falei que diacho será isso?

A moça estava lá, ela viu que eu perguntei, mas ela não teve aquele interesse de me chamar para me explicar o que era. (PM3, 2016, s. p.).

A condição da cidade patrimonializada está situada perante o viés coletivo do dispositivo de patrimonialização. Apesar disso, não devemos negar que a utilização turística dos espaços (patrimoniais ou não) se debruça na exclusão de determinados atores sociais que, por inúmeros fatores, não usufruem do produto turístico-cultural. Em muitos casos, esses sujeitos acabam se tornando parte da paisagem, efetuam contra-usos dos espaços, forçando sua passagem pelas heterotopias. Em um país como o Brasil, com profunda desigualdade social, não é difícil imaginar quem são os desfiliaados sociais:

O que se observa é que tende a prevalecer, nas cidades reais – e não só no Brasil, mas nos mais diversos países e regiões – o foco na dimensão dos bens patrimoniais enquanto capital imobiliário e, em termos estéticos, a estilização que reforça os sentidos alegóricos e torna descartáveis estes bens que seriam relevantes em sua singularidade. Essa é a lógica que pretende justificar a remoção das populações instaladas há longo tempo – por vezes tempos imemoriais – nas áreas a serem protegidas ou requalificadas, assim como a substituição dessas populações por agentes de investidores, atraídos por novas oportunidades de negócio. (ARANTES, 2006, p. 431-432).

Nesse sentido, a urgência do cotidiano – como alimentar-se, habitar, sentir-se seguro, processos de acolhimento, entre outros – é um ponto estruturante de relações sociais devem ser pesados nessa composição de interesses em jogo. O *Circular* movimenta o bairro, oferece variadas atividades gratuitas, possui forte viés turístico e patrimonial e, dessa forma, estimula a economia local. As relações de afecção (DELEUZE; GUATTARI, 1997) da Campina com os corpos que por ele passam são heterogêneas e dispersas, no sentido dos interesses privados que cada sujeito possui em estar ali. A própria ideia de um objeto

enquanto patrimônio cultural, quando não é debatida profundamente, acaba por panfletar uma memória e história romantizada e higienizada das coisas, pessoas e lugares. Por isso, é importante considerar as contradições que são inerentes a qualquer projeto ligado à patrimonialização e ao turismo cultural, sempre tendo em vista questões como “Cidade para quem? Que memórias e histórias são apagadas e quais permanecem?”.

Os itinerários da patrimonialização e *turistificação* em cena consolidam práticas de poder que forjam subjetividades, logo, as resistências devem ser pensadas dentro das relações de poder, entre as estratégias e táticas de subjetivação inerentes a elas. Ou seja, é possibilitado aos sujeitos ocupar o bairro diferentemente do cotidiano agitado da semana, possibilitando que vislumbrem casarões e praças como espaços de lazer e cultura, sendo possível habitar a cidade como exercício político do próprio existir. Nessas práticas de si voltadas ao comum, a memória segue atualizando as estratégias de si e as de cuidado com o bairro, na medida em que cria movimentos de ocupação do lugar, os quais não se conectam apenas com os benefícios mercadológicos provenientes de atividades culturais.

Considerando os usos patrimoniais do bairro da Campina a partir das contribuições foucaultianas, em que se busca evidenciar os efeitos das relações de saber e de poder, é possível afirmar que o cuidado com o bairro, pelo viés patrimonial, abre passagem para práticas agonísticas que buscam diminuir a ideia do lugar unicamente como negócio. A financeirização da cidade se materializa não apenas pela destruição de certos lugares de memória e projetos em torno da área tombada, que ameaçam a integridade física do centro histórico (MORHY; LIMA, 2018), mas também através de projetos de requalificação urbana que costumam dificultar o acesso de alguns sujeitos a determinados espaços, em virtude dos altos custos envolvidos no usufruto destes espaços.

Portanto, nos interstícios da “cidade abandonada”, da patrimonialização e da turistificação, há passagem para fazeres coletivizados, como cultivar a aber-

tura para afetos que aumentem a potência de agir, fazendo uso de ações que provoquem o olhar para o bairro. Na Campina isto tem se materializado, por exemplo, por meio da apropriação de um casarão de família que se transforma em restaurante e publiciza a história de uma imigrante do século XX; através do morador que recicla o lixo jogado no bairro e abre sua casa para a comunidade, a fim de problematizar a própria experiência de se morar em um centro histórico. Essas são ações atravessadas pela preocupação com o espaço, com as formas de habitar o território, modos de pôr em funcionamento as diferentes faces de habitar um território que está em permanente transmutação.

o próprio [nome do restaurante] conta a história da minha avó, é um resgate das nossas memórias, memórias da família, também da história dessa construção dessa casa. A casa foi construída no final do século XIX por uma família judaica. Depois em 1924 ela foi comprada por uma família de portugueses, onde ela sofreu a primeira intervenção e na década de [19]60. Final da década 60, 68 mais ou menos, os meus avós compraram [...]. E a minha avó veio a falecer dentro desta casa, no ano de 83. Aí de 83 a mais ou menos 84, um ano depois do falecimento dela até a abertura em 2009, nós começamos o restauro da casa, ela ficou fechada esse tempo todo. O [nome do restaurante] foi adquirindo, até pelo contexto, pela história que a gente conta, pelas peças que estão aqui presentes... Na verdade, essas peças pertenceram a minha avó [...]. Ele virou por causa disso, eu acredito, cult. Um espaço alternativo na cidade e eu venho sentindo isso. Eu acho isso muito legal. (PP2, 2016, s. p.).

Arantes (2006) assegura que o patrimônio não está vinculado aos grandes negócios e à especulação. Porém, não nega que esses elementos podem atravessar práticas de patrimonialização, de tal modo que é importante lembrar que “[...] a ética agonística pretende abraçar tanto o poder que nos amea-

ça anonimamente, quanto o poder que nos é próprio” (ORELLANA, 2012, p. 50), acionando uma agonística que envolve os sujeitos, forjando um jogo de controle das paixões e dos desejos. A complexidade do trabalho da liberdade e afirmação política e ética sobre o patrimônio e memória na Campina se coaduna com a retomada de uma vida pública, pois, como lembra Sennett (2014), o fim da vida pública tem a ver, necessariamente, com uma recusa em se apropriar da cidade.

Lançar um olhar à Campina, considerando as problematizações levantadas, permite notar a busca por modos de ocupar o território por meio de uma relação com coletivos de atores institucionais e não institucionais perante interpelações dos afetos que se agitam no território. A Campina é, pois, palco de desentendimento e de negociações pelo direito de habitar o lugar, o qual é atravessado por memórias coletivas e outros dispositivos patrimoniais que movimentam os corpos no território ou o que chamamos de uma *política da afetividade*.

### *Considerações finais*

Acompanhar essas tramas do uso patrimonial do bairro da Campina resulta em nos depararmos com memórias e histórias que constituem o território e as relações que os sujeitos estabelecem nele e com ele. Assim, identificamos o patrimônio cultural como um dispositivo, como *o dito e o não dito* (FOUCAULT, 2015), com suas possibilidades de afetar os corpos dos sujeitos e imprimir determinados modos de sentir, pensar e agir. A partir do objetivo deste texto – refletir acerca dos usos sociais da cidade patrimonializada –, consideramos que é necessário haver cautela em análises que tendem a valorar práticas ligadas ao turismo cultural por um viés maniqueísta. As pistas teórico-metodológicas foucaultianas nos auxiliam a pensar sobre os efeitos das práticas. Nesse sentido, não cabe afirmar se “o *Projeto Circular* é bom” ou “ruim”. Fazer isso é empobrecer qualquer análise e simplificar relações

que são complexas e polifônicas. O fato é que esse projeto, como um uso patrimonial e turístico do bairro, coloca em cena múltiplos afetos e possibilidades de relações socioculturais, políticas e econômicas. Assim, os afetos que atravessam os corpos vão produzindo neles diferentes intensidades.

É importante salientar que o movimento de esvaziamento das cidades – ou melhor, de diminuição de espaços coletivos junto com as possibilidades de encontro com o outro – é um dos efeitos de se pensar a cidade apenas como “negócio”. A financeirização dos espaços urbanos impacta as formas como nos relacionamos com os outros e com o lugar. Diante disso, o *Projeto Circular* possibilita a criação de outros modelos de habitar a cidade, mesmo acionando o viés econômico presente no turismo cultural.

Percorrer as ruas da Campina, partilhar das vivências dos moradores e demais frequentadores, sentir os cheiros, as texturas e o medo na cidade forja, nos pequenos encontros, outros modos de construir relações que potencializam a história e a memória coletiva e individual dos sujeitos nas artes do viver e de experimentar o bairro em seu cotidiano. Pequenas ações e redes de solidariedade que ali são constituídas incidem, de maneira alegre e bonita, na resistência/insistência em compor formas mais coletivizadas de habitar a Campina.

A instância patrimonial de produção da subjetividade ganha vazão ao se olhar para o bairro, para sua história e memória, bem como para sua atualidade. No rastro do hábito deleuziano e no encontro do passado e futuro no presente, são experimentados múltiplos encontros: nos trilhos do bonde, nas platibandas, no relógio que não badala mais no Paris n’América, nas esquinas infames do “Quadrilátero do Amor”, na Praça das Mercês – cenário de um dos episódios mais sangrentos da Revolta da Cabanagem –, nos azulejos que recobrem algumas fachadas, nas ruas estreitas da Campina que seguem em direção ao Theatro da Paz ou ao Ver-o-Peso, em direção às mangueiras ou ao rio.

Uma política do movimento e da afetividade aciona dispositivos no território que são capazes de produzir modos coletivizados de habitar a cidade, utilizando a patrimonialização como ferramenta na construção de modos de governar o território. Isto se dá a despeito da emergência do turismo cultural como prática de uso mercantil da cidade, o que, por sua vez constitui-se, paradoxalmente, como freio à intensificação dos usos do centro histórico da cidade e seu entorno apenas como negócio, sem o cuidado com a história e a memória do lugar. Nessa direção, o *Projeto Circular* materializa as contradições inerentes ao processo de apropriação da cidade pela via patrimonial e turística, a exemplo dos modos de produção de subjetividades ligadas às heterotopias e seus sistemas de regulação dos usos do espaço.

Por fim, a ocupação da Campina proposta pelo *Projeto Circular*, mesmo acionando a coletivização dos fazeres, não exige de sobrepujar determinados sujeitos desse sistema de governo em virtude da heterogeneidade das forças que compõem o jogo memorialístico, afetivo e patrimonial que constituem o processo de habitar a cidade subjetiva patrimonializada. Ainda assim, ao proporcionar a circulação dos sujeitos pelo centro histórico da cidade, multiplicam-se as possibilidades de encontros quando os circulantes podem se deixar afetar pelos acontecimentos disruptivos do cotidiano. Frente ao potencial turístico e patrimonial do bairro da Campina, o *Projeto Circular* tem se mostrado como importante iniciativa que visa as práticas de governo da cidade, chamando atenção para as diferentes formas de habitar o território.

### Referências

ARANTES, Antônio. O patrimônio cultural e seus usos. *Habitus*, Goiânia v. 4, n. 1, p. 425-435, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/362>. Acesso em: 20 jan. 2018.

AUGUSTIN, André Coutinho; BEDUSCHI, Taine. Espaço público e segurança: uma análise da criminalidade nas praças Argentina e Raul Pilla em Porto

Alegre. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. *Anais* [...], Natal: Enanpur, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333356690>. Acesso em: 15 set. 2021.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, Sacralidade e Poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 163-175, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/DdyW8tLQXzJb59CgD9V5y9M/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2016.

CARTA de princípios. O que é o Projeto Circular. *Projeto Circular*, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.projetcircular.org/projetos>. Acesso em: 07 set. 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. v. 4. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *O ABECEDÁRIO de Gilles Deleuze*. Paris: Éditions Montparnasse, 1995. Filmado em: 1988-1989. Publicado em: 1995.

DIAS JÚNIOR, José do Espírito Santo. *Entre cabarés e gafieiras: um estudo das representações boêmias em Belém – 1950-1980*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLANDA, Aline Gomes. *Democracia cultural e municipalização da cultura: o caso do Conselho Municipal de Cultura de Aracati*. 2010. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO E NACIONAL. *Lista dos bens culturais inscritos nos Livro do Tombo (1938-2012)*. Rio de Janeiro: Iphan, 2013.

MORHY, Samia; LIMA, José Júlio Ferreira. Modernização e destruição arquitetônica do bairro da Campina, Belém do Pará. *Revista Amazônia Moderna*, Palmas, v. 2, n. 1, p. 20-39, abr./set. 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/amazoniamoderna/article/download/6205/14471/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

ORELLANA, Rodrigo de Castro. A ética da resistência. *Ecopolítica*, PUC-SP, São Paulo, v. 2, p. 37-63, abr. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/9089/6693>. Acesso em: 28 jan. 2023.

PM 1. Participante da pesquisa Morador do bairro 1. [Entrevista concedida a] Fernanda Cristine dos Santos Bengio. Belém-Pa, jun. 2016. Arquivo pessoal.

PM 2. Participante da pesquisa Morador do bairro 2. [Entrevista concedida a] Fernanda Cristine dos Santos Bengio. Belém-Pa, jun. 2016. Arquivo pessoal.

PM 3. Participante da pesquisa Morador do bairro 3. [Entrevista concedida a] Fernanda Cristine dos Santos Bengio. Belém-Pa, jul. 2016. Arquivo pessoal.

PP 1. Participante da pesquisa integrante do Projeto 1. [Entrevista concedida a] Fernanda Cristine dos Santos Bengio. Belém-Pa, jan. 2017. Arquivo pessoal.

PP 2. Participante da pesquisa integrante do Projeto 2. [Entrevista concedida a] Fernanda Cristine dos Santos Bengio. Belém-Pa, jan. 2017. Arquivo pessoal.

PP 3. Participante da pesquisa integrante do Projeto 3. [Entrevista concedida a] Fernanda Cristine dos Santos Bengio. Belém-Pa, fev. 2017. Arquivo pessoal.

SANDRONI, Carlos. Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 373-388, ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/dBfRTxGdpcQh4VffwPljhMx/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias das intimidades*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo. As paisagens fantásticas numa cidade amazônica sob o olhar dos taxistas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 153-168, out. 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092012000300009&script=sci\\_abstract](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092012000300009&script=sci_abstract). Acesso em: 25 jun. 2018.

SMITH, Melanie. The globalisation of heritage tourism. In: SMITH, Melanie. *Issues in Cultural Tourism Studies*. 2. ed. New York: Routledge, 2006. p. 99-116.

SOARES, Karol Gillet. *As formas de morar na Belém da belle-époque (1870-1910)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008.

SOUSA, Silvia Lilia Silva. Na batalha e na militância: o cotidiano de prostitutas no bairro da Campina, Belém-PA. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 19, n. 47, p. 278-290, dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/download/89035/51293>. Acesso em: 05 out. 2021.

SOUZA, Roseane Silveira. Teatro da Paz: histórias invisíveis em Belém do Grão-Pará. *Anais do Museu Paulista*, v. 18, n. 2, p. 93-121, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142010000200003>. Acesso em: 10 set. 2022.

SPINOZA, Bento. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TRINDADE, José Ronaldo. *Errantes da Campina: Belém, 1880-1900*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

Recebido em: 28 de outubro de 2021

Aprovado em: 06 de abril de 2023